

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALEX GRAEBIN**

**CONTROLES INTERNOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE  
RISCO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO**  
**2018**

**ALEX GRAEBIN**

**CONTROLES INTERNOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE  
RISCO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Msc. Luciane Dagostini

**PATO BRANCO**

**2018**



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### CONTROLES INTERNOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

por

ALEX GRAEBIN

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado(a) em 26 de outubro de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. O(a) candidato(a) foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>a</sup> Msc. Luciane Dagostini  
Orientador (a)

---

Prof<sup>a</sup> Msc. Marivânia Rufato da Silva  
Avaliador(a) - UTFPR

---

Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi  
Avaliador - UTFPR

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, sem ele nada disso seria possível. Agradeço também a minha esposa, Caroline Beltrame Graebin, por me apoiar e suportar todo o tempo que mesmo perto estive distante dela e de minha família.

Ao meu filho Vinícius, que conseguiu iluminar meus dias e mesmo sem falar uma palavra sequer, me deu forças para continuar, e fez meus dias muito melhores.

Agradeço, a minha orientadora Prof. Msc. Luciane Dagostini, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória, por todo o tempo disponibilizado e todo o carinho com que me estendeu a mão.

Aos meus colegas de sala.

A Secretaria do Curso, pela cooperação.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

Ao meu pai, Valdemar Graebin, e ao meu irmão, Adriano, e também à minha querida mãe, dona Maria Salete (in memoriam), que sempre nos amou incondicionalmente, e estaria muito feliz neste momento.

Enfim, todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte desta jornada, quero agradecer imensamente pelo apoio nesta jornada.

## RESUMO

Este estudo objetiva verificar quais os controles internos utilizados em uma cooperativa de crédito, considerando os fatores que influenciam na classificação do risco em suas operações, para mitigar os riscos de crédito. A concessão de crédito envolve um risco para as cooperativas. Este risco pode ser definido como uma medida de incerteza relacionada ao recebimento de um valor compromissado. Visando a manutenção da instituição e diminuição de perdas, a correta verificação destes riscos é inerente. Esta pesquisa é realizada por meio de estudo de caso, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, por meio de pesquisa documental e entrevista direcionada. Os resultados apontam que o gerenciamento de crédito é feito com base nas resoluções vigentes, porém, ocorreram problemas quanto a riscos operacionais e de controles internos. Foi possível observar que apontamentos da auditoria interna não foram sanados, além de itens referentes a concessão de crédito não foram cumpridos, como seguro prestamista. Observou-se a necessidade de um estudo mais amplo quanto ao setor de controles internos, e também a necessidade de um estudo ligado a inadimplência, que cresceu desproporcionalmente se comparado ao crescimento da cooperativa.

**Palavras-chave:** Risco de Crédito. Controles Internos. Cooperativa de Crédito. Gerenciamento de Riscos.

## **ABSTRACT**

This study aims at verifying the internal controls used in a credit cooperative, considering the factors that influence the risk classification in its operations, to mitigate credit risks. The granting of credit involves a risk to the cooperatives. This risk can be defined as a measure of uncertainty related to the receipt of a commitment value. In order to maintain the institution and reduce losses, the correct verification of these risks is inherent. This Research is conducted through a case study, with qualitative approach and descriptive character, through documentary research and directed interview. The results point to the of credit management made based on the current resolutions, but they present problems regarding operational risks and internal controls. It was possible to observe that internal audit notes were not adjusted, in addition to items referring to the granting of credit were not fulfilled, such as safe lender. There was a need for a broader study of the internal controls sector, as well as the need for a study related to delinquency that grew disproportionately when compared to the growth of the cooperative.

**Keywords:** Credit Risks. Internal Control. Credit Cooperativ. Risk Management.

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 Depósitos/Número de associados.....	32
Tabela 2: Evolução de Crédito X Inadimplência.....	33
Tabela 3 Evolução de Crédito X Inadimplência em %.....	34
Tabela 4 Linhas de Crédito - 2017 .....	35
Tabela 5 Linhas mais utilizadas .....	36
Tabela 6 Maior Concessão de Crédito .....	37
Tabela 7 Linha 103.....	39
Tabela 8 Linha 94.....	42
Tabela 9 Linha 152.....	43
Tabela 10 Linha 165.....	45
Tabela 11 Análise consolidada.....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Componentes do processo de gestão .....	16
Quadro 2 Tipos de Riscos Corporativos X Definições.....	20
Quadro 3 Provisão de liquidação duvidosa .....	21
Quadro 4 Riscos Operacionais.....	22
Quadro 5 Classificação de risco por rating.....	25
Quadro 6 Estudos Precedentes .....	26
Quadro 7 Legenda para análise dos contratos.....	30
Quadro 8 Critérios da análise.....	31
Quadro 9 Questionário para entrevista por setores.....	31



## LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BCBS	Basel Committee on Banking Supervision
BIS	Bank for International Settlements
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSO	Committee of Sponsoring Organizations
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	10
1.2 OBJETIVO GERAL .....	11
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	12
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	13
<b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	14
2.2 ACORDO DA BASILEIA.....	15
2.3 COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS .....	16
2.4 GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS .....	18
2.5 TIPOS DE RISCOS.....	19
2.5.1 Risco de Crédito .....	20
2.5.2 Risco Operacional .....	22
2.5.3 Risco de Mercado.....	23
2.6 MODELOS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO .....	23
2.6.1 Sistemas Especialistas .....	24
2.6.2 Sistemas de Rating.....	24
2.7 CONTROLES INTERNOS .....	25
2.8 ESTUDOS PRECEDENTES .....	26
<b>3 Metodologia</b> .....	<b>29</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>32</b>
4.1 LEVANTAMENTO DAS LINHAS DE CRÉDITO.....	34
4.2 PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO RISCO.....	37
4.2.1 Linha de crédito 103 .....	39
4.2.2 Linha de crédito 94 .....	41
4.2.3 Linha de Crédito 152 .....	43
4.2.4 Linha de Crédito 165 .....	44
4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	46
4.3.1 Controles internos.....	48
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo se ocupará em apresentar: (i) contextualização; (ii) problema de pesquisa; (iii) objetivo geral; (iv) objetivos específicos; (v) justificativa e relevância; (vi) delimitação; e, (vii) estrutura do trabalho.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Para a expansão de empresas ou até mesmo para propósitos particulares, uma das opções de fonte de recursos provêm da concessão de crédito fornecida por meio de instituições financeiras. Em busca de taxas de juros mais acessíveis, tanto as pessoas físicas como as jurídicas, podem recorrer as cooperativas de crédito. Sendo que estas que tem como função básica a intermediação financeira, da qual a concessão de crédito representa a principal fonte de receita, assim as concessões de crédito envolvem risco de perdas, estas ocasionadas por inadimplência, que refletem diretamente na sua rentabilidade, que por sua vez reflete na rentabilidade dos cooperados (MAGRO, MONDINI e HEIN, 2014).

Deste modo, a concessão de empréstimo envolve um risco para as cooperativas. Risco este que, caso não sejam mensurados ou monitorados corretamente, pode levar a instituição a situações de desequilíbrio patrimonial (STOLF e SOUZA LIMA, 2008). Dentre estes riscos, destaca-se o risco de crédito, que segundo Stolf e Souza Lima (2008), pode ser definido como uma medida de incerteza relacionada ao recebimento de um valor compromissado.

O risco de crédito pode ser entendido, segundo Silva, Brito e Neto (2005), como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas. Em uma instituição financeira, o crédito refere-se à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos, sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante o pagamento em data futura.

A instituição financeira está sujeita a diferentes tipos de riscos, estes causados por diversas situações, envolvendo perdas financeiras ou não (NATAL

CERRI e BRITTO, 2014). Assim, segundo os autores, o risco de crédito financeiro é aquele passível de mensuração e gerado pela possibilidade de perda.

Sendo os controles internos parte integrante do gerenciamento de risco, atribui-se que o uso dos controles internos possam atuar como uma ferramenta de gestão, no que compete a verificação e controle do risco de crédito de uma cooperativa de crédito, avaliando quais os risco existentes e como a administração monitora e aceita o risco.

Por se tratar de uma pesquisa em instituição financeira, são vários os riscos inerentes que o controle interno deve examinar, auxiliando a governança corporativa a administrar e prever possíveis perdas, que, como base desse estudo, serão perdas de caráter monetários.

Desta forma, elenca-se a problemática da pesquisa: **Quais os controles internos utilizados por uma cooperativa de crédito para mitigar o risco de crédito em sua operações?**

## 1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo desta pesquisa consiste em verificar quais os controles internos utilizados em uma cooperativa de crédito, considerando os fatores que influenciam na classificação do risco em suas operações e para mitigar os riscos de crédito.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os riscos de crédito decorrentes das operações de concessões de crédito em uma cooperativa de crédito;
- Avaliar a aceitação dos riscos envolvidos nas operações de concessões de crédito na cooperativa de crédito (também considerando o estabelecido pelo Banco Central);
- Demonstrar a aplicabilidade dos controles internos nas operações de concessão de crédito da cooperativa de crédito.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

As cooperativas de crédito são instituições financeiras não bancárias, constituídas por vontade dos seus associados, que investem seus recursos na formação de capital e buscam o crescimento contínuo desses recursos (SOUZA NETO e REIS, 2015).

A essência da atuação das cooperativas de crédito é a intermediação financeira de recursos captados e recursos liberados, e os recursos liberados por meio da concessão de crédito a seus cooperados constitui sua principal fonte de receita (FRANCISCO, AMARAL e BERTUCCI, 2009). Para os autores, o gerenciamento de crédito vem sendo muito utilizado pelas cooperativas de crédito, por serem uma ferramenta extremamente eficiente no processo de acompanhamento e controle dos créditos.

Dentre os riscos na atividade das cooperativas de crédito, destaca-se o risco de crédito, e, segundo Stolf e Souza Lima (2008), sua mensuração exige que se tenha conhecimento prévio da probabilidade de inadimplência associada à classificação de risco, permitindo assim a minimização dos custos da possível inadimplência em suas operações.

Para Bueno (2003), a gestão de risco ocupa esta posição de destaque para a administração financeira, devido a expansão do crédito, do crescimento do mercado e da globalização. No Brasil, a ênfase é maior devido à maior estabilidade alcançada pelo empenho das autoridades em modernizar e aprimorar o sistema financeiro nacional.

O risco de crédito é uma modalidade de risco significativa para as instituições financeiras (BICCA MARQUES, 2002). Segundo o autor, por se caracterizar pela probabilidade de não recebimento dos recursos emprestados, as instituições se especializaram na tarefa de avaliar os proponentes ao crédito. Para SILVA (2011), esse aumento da atenção por parte das instituições foram reforçadas devido à expansão do crédito e da inadimplência.

Diante de um tema tão emblemático, o presente estudo se justifica, no campo profissional, perante quais são as ferramentas que a cooperativa utiliza para assegurar suas concessões de crédito, visto que para o cooperado este vínculo pode

lhe proporcionar lucro ou prejuízo, e do ponto de vista de estudante, sobre de qual forma a contabilidade proporciona ferramentas para esta gestão de risco, além de ser um estudo de caso direto dos controles internos, área ligada diretamente à auditoria e de interesse para muitos estudantes.

## 1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada como um estudo de caso, por meio de entrevista estruturada e com perguntas abertas, aos gestores administrativos e gestores de crédito, em uma cooperativa de crédito singular, situada no sudoeste do Estado do Paraná, além de análise de dados obtidos através dos contratos e manuais de crédito, estes que envolvem o gerenciamento de risco dentro desta instituição financeira. O período analisado compreende o exercício de 2017.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nesta parte é apresentado o embasamento teórico relacionado com a temática abordada. Sendo que concerne a abordagem da governança corporativa, seguido destaque em relacionado ao Acordo da Basileia, COSO, gerenciamento de riscos corporativos, os tipos de riscos, os modelos de mensuração e os controles internos.

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para Chagas (2007), a expressão Governança Corporativa provém do termo inglês “*corporate governance*”, que significa o sistema pelo qual os acionistas governam uma determinada empresa, ou seja, tomam conta desta. Para Pinto, Funchal e da Costa (2008), a Governança Corporativa nada mais é que um conjunto de métodos, procedimentos e práticas que objetivam a obtenção e manutenção do bom relacionamento entre acionistas e gestores.

A Governança corporativa surgiu para sanar o conflito de agência, situação na qual o acionista delega para um agente especializado (administrador) o poder de decisão de sua empresa, e a partir dessa situação surgiam divergências entre o que cada um considera como melhor para a empresa (IBGC, 2007). Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, esta interferência se tornou impraticável, inviabilizando a administração da empresa.

Assim sendo, o IBGC estimula as abordagens sobre o tema e a adoção de melhores práticas de Governança (CHAGAS, 2007). Definindo assim princípios básicos de Governança Corporativa, de acordo com o IBGC (2015, p16), podemos citar:

- **Transparência:** desejo de informar e disponibilizar as informações a todos os interessados, independente de quais são obrigadas ou não por lei, para gerar um clima de confiança entre os sócios e a empresa;
- **Equidade:** Caracterizado pelo tratamento justo de todos os sócios e demais interessados, sendo inaceitável qualquer atitude discriminatória;

- Prestação de contas: Os agentes da Governança devem sempre prestar contas de sua atuação de forma transparente a quem os elegeu, e responder por todos seus atos, durante o período em que estão atuando;
- Responsabilidade Corporativa: Conselheiros e executivos devem zelar pela sustentabilidade das entidades, visando a longevidade e a perenidade, com conceitos sociais e ambientais.

O intuito destes princípios é sanar o conflito de agência e criar um sistema de informação entre os acionistas e os administradores com confiança e justiça, e principalmente imparcialidade (IBGC, 2015).

## 2.2 ACORDO DA BASILEIA

O BIS (Bank for International Settlements), Banco de Compensações Internacionais, foi criado em 1930, em busca da estabilidade monetária e financeira e fomenta a cooperação entre os Bancos centrais (BACEN). Em 1975, foi estabelecido o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Basel Committee on Banking Supervision – BCBS), ligado ao BIS, agindo como fórum mundial para discussão e cooperação em matéria de regulação bancária.

O BCBS divulgou o primeiro acordo de Capital da Basileia que foi publicado em 1988, com o intuito de fortalecer a saúde e estabilidade do sistema bancário internacional (TRAPP e CORRAR, 2005). Com o objetivo de impor limites à alavancagem dos bancos e absorver perdas, no caso de algum prejuízo nas operações de crédito (YANAKA e HOLLAND, 2010), o comitê cobertura de riscos de mercado ao capital.

Em 2004, foi divulgado nova revisão do acordo, conhecido como Basileia II, com o objetivo de buscar uma medida mais precisa dos riscos incorridos pelos bancos internacionalmente. Estruturada em 3 pilares, tem o objetivo tornar o capital regulatório mais sensível aos níveis de risco presentes nas carteiras de crédito dos bancos (PETRY GORZIZA, 2007).

O primeiro pilar define os requerimentos de capital para risco de crédito, mercado e operacional, enquanto que o segundo pilar faz a revisão pela supervisão



do processo de avaliação da adequação de capital dos Bancos, já o terceiro pilar disciplina o mercado (BACEN).

Com a crise de 2007, o acordo de Basileia I e II mostraram-se insuficientes para impedir a alavancagem excessiva dos Bancos, forçando um novo acordo, divulgado em 2010, chamado de Basileia III. Visando o aperfeiçoamento da capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro, reduzindo assim os riscos de transferir crises financeiras para a economia (BACEN).

### 2.3 COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS

No ano de 1992, o COSO (Committee of Sponsoring Organizations), desenvolveu um modelo para a avaliação dos controles internos (MAIA, et al., 2005). Os Autores explicam que este modelo vem sendo adotado e são geralmente aceitos como estrutura para os controles internos. O qual define a abrangência do controle interno, como parte integrante do gerenciamento de riscos corporativos, originando dessa forma uma ferramenta de gestão mais eficiente.

Para Zonatto e Beuren (2010), o COSO é uma entidade sem fins lucrativos, que desenvolve ações visando à melhoria das demonstrações financeiras das organizações. O principal enfoque deste são os controles internos. Os autores ainda explicam que esse modelo atua no estabelecimento de uma sequência de eventos, os quais deverão determinar os níveis de controles necessários para as atividades da empresa, controles esses que são diretamente relacionados aos objetivos da empresa.

Os gerenciamentos de riscos corporativos são constituídos por oito componentes inter-relacionados, pela qual a administração gerencia a organização, e estes integrados ao processo de gestão (COSO, 2007). Os componentes são:

**Quadro 1 Componentes do processo de gestão**

Ambiente interno	o ambiente interno compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de
------------------	---

		riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estes estão.
Fixação de Objetivos		Os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos.
Identificação de Eventos		Os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.
Avaliação de Riscos		Os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.
Resposta a Risco		a administração escolhe as respostas aos riscos - evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco.
Atividades de Controle		políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.
Informação e Comunicação		As informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da organização.

Monitoramento	A integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.
---------------	---

Fonte: Coso (2007)

Segundo o COSO (2007) esse processo é multidirecional e interativo, pois quase todos os componentes podem e realmente influenciam os demais, e não um processo em série, em que um componente afeta apenas o seguinte.

## 2.4 GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

O sistema financeiro nacional pode ser dividido em autoridades monetárias, autoridades de apoio e instituições financeiras (SANTANA BRITO, 2007). Brito (2007) define que as autoridades monetárias são o Conselho Monetário Nacional (CMN), e o Banco Central do Brasil (Bacen). Enquanto como autoridades de apoio se encontram a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Já, as instituições financeiras são aquelas que atuam no processo de intermediação financeira, compreendendo diversas modalidades de captação de recursos, como operações de crédito, capitalização, seguros, entre outros.

O Banco Central do Brasil tem o papel de estabelecer os limites mínimos de capital para a constituição e funcionamento das instituições financeiras. Compete ao BACEN zelar para que as empresas deste seguimento disponham de tratamento adequado aos riscos que lhe são pertinentes (MARQUES, 2002).

O risco é inerente a qualquer atividade na vida pessoal, profissional ou nas organizações, pode envolver perdas, bem como oportunidades (IBGC, 2007). O risco de crédito representa a probabilidade de perda do valor da transação atualizada, descontada dos pagamentos efetuados pelo cliente (BRITO, 2007). Dessa forma, toda a vez que um crédito é concedido, faz-se necessário determinar a quantidade de confiança deve ser depositada no cliente (SANTOS, CARMONA e LEISMANN, 2010). Assim, para Santos et al., (2010) o risco é a probabilidade de não recebimento do

valor acordado, sob as condições acordadas, e o gerenciamento deste fator de risco é a chave para o sucesso da concessão de crédito.

No caso das instituições financeiras, os riscos de intermediação financeira são originados por eventos que alteram as posições das carteiras dos bancos, sendo classificados em risco de mercado, de crédito e de liquidez, por consequência das decisões de natureza financeira (COIMBRA, 2007).

Segundo Bueno (2003, pág. 56) para as instituições financeiras, o gerenciamento do risco deve ser feito sob duas perspectivas:

[...]O primeiro é executado com objetivo de garantir a segurança dos seus investimentos e obter a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Esta gestão é conduzida de acordo com parâmetros e diretrizes que são definidos em suas políticas de crédito. As definições estabelecidas são direcionadas estrategicamente a fim de que as operações de crédito garantam o retorno dos capitais, a preservação da empresa no mercado e a credibilidade da instituição. O segundo, trata-se da gestão do risco do crédito em atendimento a recomendações legais, especialmente decisões do Conselho Monetário Nacional, normatizadas através de resoluções do Banco Central. (BUENO, 2003, pág 56)

Embasado por essas perspectivas, há várias alternativas para a classificação do risco, tendo dois componentes que se interrelacionam: (I) Pessoas, relacionado como causa e (II) Reputação, como consequência do gerenciamento de risco feito de forma correta ou não (IBGC, 2007). O risco relacionado as pessoas é um componente presente na grande maioria dos riscos de uma organização.

## 2.5 TIPOS DE RISCOS

O termo risco é proveniente da palavra *risicu* ou *riscu*, que em latim significa ousar (IBGC, 2007). Dessa forma, assimila-se risco com a possibilidade de “algo não dar certo”. Para o IBGC (2007) seu atual conceito refere-se a quantificação e qualificação da incerteza, no que diz respeito a perdas e ganhos, com relação ao que foi planejado.

Para Silva (2014), a atividade das instituições financeiras são, necessariamente, fazer a intermediação financeira em suas operações e os depósitos de clientes, e ao mesmo tempo seus produtos finais são os empréstimos e financiamentos concedidos. Muitos fatores devem ser considerados ao efetuar decisões de crédito e administrar uma carteira de recebíveis (BLATT, 1999).

Para a manutenção desta atividade estes vários fatores devem ser levados em consideração. Dentre os fatores com maior evidência estão: O risco operacional, risco de crédito, risco de mercado. Há também trabalhos que descrevem outros riscos como risco de liquidez, risco legal, risco de imagem (ou reputação) e risco estratégico (WEBER e DIEHL, 2014).

No Quadro 2 são definidos, de forma breve, os tipos de riscos inerentes às atividades, tanto de empresas quanto de instituições financeiras, não sendo generalizados para todas, sendo definidos conforme o tipo de serviço ou produto de cada empresa.

**Quadro 2 Tipos de Riscos Corporativos X Definições**

<b>Risco de crédito</b>	Decorrente da incerteza da contraparte de uma obrigação ser incapaz ou não querer honrar os compromissos previamente assumidos.
<b>Risco operacional</b>	Associado a falhas nos sistemas internos da empresa ou de pessoas, como falhas de gerenciamento ou erros humanos; pode ser dividido em três partes, conforme a origem da falha: risco organizacional, risco de operação e risco de pessoal.
<b>Risco de mercado</b>	Decorrente de movimentos adversos nas cotações de mercado de instrumentos financeiros. Pode ser dividido em quatro grandes áreas: risco de mercado acionário; risco de mercado de câmbio; risco de mercado de juros; risco do mercado de <i>commodities</i> .
<b>Risco de liquidez</b>	Associado à dificuldade de conversão de ativos em recursos líquidos necessários ao cumprimento de obrigações e exigibilidades.
<b>Risco legal</b>	Refere-se ao risco de perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis ou de alterações no cenário legal do país.
<b>Risco de reputação</b>	Decorre de veiculação de informações que afetam negativamente a imagem ou a marca da instituição.
<b>Risco de taxa de juros</b>	Refere-se à exposição da instituição a movimentos adversos nas taxas de juros ou ao seu descasamento durante a vigência dos contratos.

Fonte: Cerri e Britto (2014)

É importante ressaltar que, a presente pesquisa aborda os riscos inerentes às instituições financeiras, visto que objeto principal do estudo é relacionado ao risco de crédito. Na sequência, aborda-se os tipos de risco que são decorrentes da atividade de concessão de crédito em uma cooperativa de crédito.

### 2.5.1 Risco de Crédito

De forma conceitual, entende-se que crédito é crer, e crer é confiar (BLATT, 1999). Como a atividade de uma instituição financeira se dá diretamente pela

captação de recursos dos clientes e estes recursos são tomados como produtos por outros clientes, em forma de empréstimos ou financiamentos, estes recursos são passados aos clientes com base na confiança.

Com base nessa confiança que o risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de que aquele que concedeu o crédito não o receberá do devedor na época e/ou nas condições combinadas (BLATT, 1999). É a possibilidade de perdas resultantes das incertezas quanto ao recebimento, ou mesmo é a falha de uma contraparte no desempenho de compromissos contratuais (BUENO, 2003).

Para Silva Brito e Neto (2008), o risco:

Para uma instituição financeira, crédito refere-se principalmente, à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos sob a forma de um empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento em uma data futura. (SILVA BRITO e NETO, 2008, pág. 2).

Assim, para Gonçalves et al., (2014), dos riscos que envolvem o ambiente da cooperativa, é no crédito que se encontra o grande risco de perda, o que pode levar a instituição a outras situações de risco, como dificuldades de liquidez e solvência. Para evitar problemas futuros, a mensuração do risco é realizada várias vezes para quantificar a possibilidade de a instituição financeira incorrer em perdas, caso os fluxos de caixa esperados não se realizem (SILVA BRITO e NETO, 2005).

O Banco central do Brasil, decretou a resolução nº 2682, determina como as instituições financeiras instituições que são autorizadas pelo BACEN devem classificar suas operações de crédito, em ordem crescente de risco, sendo feita a provisão destes riscos como liquidação duvidosa, dependendo da classificação de cada tomador, conforme quadro 03:

**Quadro 3 Provisão de liquidação duvidosa**

Tipo de Risco	Provisão
Nível A	0,5% sobre o valor das operações
Nível B	1% sobre o valor das operações
Nível C	3% sobre o valor das operações
Nível D	10% sobre o valor das operações
Nível E	30% sobre o valor das operações
Nível F	50% sobre o valor das operações
Nível G	70% sobre o valor das operações
Nível H	100% sobre o valor das operações

Fonte: Adaptado res. 2682 BACEN (1999)

Esta classificação, segundo o BACEN, é de total responsabilidade da instituição financeira detentora do crédito, e deve ser efetuada conforme critérios que verificáveis e consistentes, embasados em informações internas e externas, contemplando aspectos como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento e a capacidade de geração de resultados.

Para fins de segurança e confiabilidade, o BACEN sugere que as instituições devam manter de forma adequada suas políticas e procedimentos para a concessão e classificação das operações de crédito, os quais ficam à disposição do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

### 2.5.2 Risco Operacional

Para Weber e Diehl (2014), o risco operacional deve ser levado em consideração pois abrange perdas inesperadas resultantes das operações incorretas de pessoal, de falta de sistema, controles inadequados, atividades não autorizadas ou mesmo eventos externos.

As falhas ou inadequações que ocorrem em meio a organização têm diferentes origens (WEBER e DIEHL, 2014). Os tipos mais importantes de risco operacional envolvem deficiências de controles internos em governança corporativa (BUENO, 2003). Essas deficiências, segundo Bueno (2003), se não sanadas podem conduzir perdas financeiras por erros e fraudes.

Weber (2014), categoriza os principais eventos do risco operacional dentro das entidades, que pode ser analisado a seguir:

**Quadro 4 Riscos Operacionais**

Clientes, produtos e práticas de negócio	Manipulação de mercado, práticas anticoncorrenciais quebra de contrato.
Danos a ativos físicos	Desastres naturais, terrorismo, vandalismo.
Interrupção dos negócios e falha do sistema	Interrupção de operação, falha de <i>software</i> e <i>hardware</i> .
Execução de processos e gestão	Erro nos dados de entrada, erro de contabilidade, perdas por negligência.
Fraude interna	Roubo de bens, sonegação fiscal, corrupção, fraude contábil.
Fraude externa	Roubo de informações confidenciais, ataques de <i>hackers</i> , falsificação de documentos.
Práticas de emprego e segurança	Segregação, assédio, práticas ilegais.

Fonte: Weber (2014)

Assim, os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade (IBCG, 2007).

### 2.5.3 Risco de Mercado

Risco de mercado depende do comportamento do ativo diante das condições de mercado (DUARTE JUNIOR, 1993). Este risco pode ser dividido em quatro áreas distintas, que, segundo Beuren et al., (2011), são: (I) risco de mercado acionário, (II) risco de mercado de câmbio, (III) risco de mercado de juros e (IV) risco de mercado de commodities.

Para Duarte Junior (1993), deve se ter o entendimento de que é necessário medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, e é importante identificar e quantificar as volatilidades e os fatores que impactam nos preços dos ativos.

## 2.6 MODELOS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A expansão do crédito e a inadimplência, em conjunto com outros eventos, reforçaram a atenção das agências reguladoras, como governos, bancos, empresas e quaisquer organizações que concedam crédito, para a importância da mensuração do risco de crédito (SILVA, 2011).

Para a mensuração do risco de crédito, existem várias técnicas utilizadas pelas instituições financeiras. Destes, pode-se relacionar em Sistemas especialistas (expert system), Sistemas de ratings (rating systems), Sistemas de escores para crédito (credit scoring systems) e também existem novas abordagens para os modelos de mensuração, como a metodologia VaR, e a metodologia Credit Metrics.



### 2.6.1 Sistemas Especialistas

Os sistemas especialistas são um método em que o analista colhe as informações acerca do tomador e decide se este merece ou não o empréstimo (SANTOS, CARMONA e LEISMANN, 2010). Santos et al., (2010) e Brito (2007) descrevem este método como os cinco “Cs” do Crédito, sendo estes Capital, Caráter, Colateral, Capacidade e Condições. Santos et al. (2010) descreve o Cs da seguinte forma:

[...] análise de Capital, isto é, da posição financeira do cliente; do Caráter, ou da vontade para cumprimento da obrigação assumida; do Colateral, ou garantias oferecidas; da capacidade, tanto de gerenciamento como capacidade instalada e de produção da empresa; e das Condições, ou do contexto macroeconômico no qual a empresa está inserida (SANTOS et al, 2010, pág. 4).

Alguns especialistas adicionam mais um “C” nesta metodologia, de Conglomerado, que conforme SANTOS et al. (2010) esta análise se estende pelas companhias coligadas, demonstrando a capacidade das empresas do grupo ou mesmo dos sócios da empresa.

### 2.6.2 Sistemas de Rating

Os sistemas de rating são uma evolução do modelo “5 Cs do Crédito” (CHAIA, 2003). Este sistema classifica o risco dos tomadores fundamentando-se em fatores como avaliação econômico-financeira, os históricos de pagamentos, e em casos de empresas a honestidade e idoneidade dos sócios (SILVA, 2011).

O sistema de rating é utilizado por instituições financeiras para o controle de suas reservas e perdas decorrentes de empréstimos, separando os empréstimos em cinco categorias, em que quatro delas são de baixa qualidade e apenas uma de alta qualidade (CHAIA, 2003). Chaia (2003) demonstra este sistema de rating por meio da tabela abaixo:

**Quadro 5 Classificação de risco por rating**

<b>Classificação de alta qualidade</b>	
Aprovado / Bom desempenho	0%
<b>Classificação de baixa qualidade</b>	
Outros ativos especificamente mencionados	0%
Ativos abaixo do padrão	20%
Ativos duvidosos	50%
Ativos de perdas	100%

Fonte: Chaia (2003)

Para a construção do rating são levados em consideração os diferentes aspectos da perda, que envolvem a probabilidade de inadimplência, pagamentos a menor, e a eficácia na recuperação de créditos (BICCA MARQUES, 2002). O mais comum é que cada instituição tenha seu próprio rating, desenvolvendo um scoring para cada indivíduo, conforme seu banco de dados e suas próprias definições, conforme explica Silva (2011).

## 2.7 CONTROLES INTERNOS

Com a ocorrência de escândalos e fraudes nas demonstrações financeiras em organizações americanas de reputação mundial, logo no início do século, ocorreu a necessidade nas empresas de vincular a excelência corporativa às atividades de controles internos, de forma eficaz, para restabelecer a confiança pública no mercado financeiro (MAIA et al., 2005).

Como resposta as manipulações e obscuridade das informações relevantes fornecidas aos investidores, o congresso dos EUA difundiu, no mês de julho de 2002, a Lei Sarbanes Oxley, também conhecida como SOX, ou como a nova lei da reforma administrativa americana (FIIRST et al., 2015). Fiirst (2015) ainda explica que outra contribuição relacionada a gestão de risco e controles internos veio com a intensificação do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission, o qual define metodologias para o controle interno e de risco aceitas internacionalmente.

As empresas e entidades em países como o Brasil começou a sentir necessidade de controlar os processos de organizacionais, utilizando-se de métodos científicos de administração (ATTIE, 2007). Para Crepaldi e Crepaldi, (2017), todos os setores de uma empresa podem apresentar problemas, e o controle interno assume fundamental importância, objetivando os resultados favoráveis e com menos desperdícios.

Controles internos podem ser definidos como:

[...] controle interno envolve todos os processos e rotinas, de natureza contábil e administrativa, com o intuito de organizar a empresa de tal maneira que seus colaboradores compreendam, respeitem e façam cumprir as políticas traçadas pela administração; os ativos tenham sua integridade protegida; e por fim, que as operações da empresa sejam adequadamente registradas na contabilidade e fidedignamente retratadas pelas demonstrações financeiras. (MAIA, DA SILVA, et al., 2005, pág. 3)

Zonatto e Beuren (2010), comentam que mediante o monitoramento das atividades e da identificação e avaliação de eventos potenciais que podem impactar negativamente a organização, que se torna possível obter a melhoria contínua dos processos de gestão.

Com a ausência dos controles internos, ou com a execução de processos errôneos, existe a probabilidade de impedir que a entidade alcance seus objetivos, definidos como risco corporativo (FIIRST et al., 2015).

## 2.8 ESTUDOS PRECEDENTES

Entre todos os artigos analisados, os estudos do quadro 6 estão elencados os que possuem abordagem semelhante ao que se busca trabalhar nesta pesquisa sobre gerenciamento de risco e controles internos.

**Quadro 6 Estudos Precedentes**

Título	Objetivo geral	Metodologia	Resultados obtidos
Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA	Identificar as informações relativas a gestão de risco e controle interno evidenciadas na BM&FBovespa	Pesquisa aplicada nas empresas da BM&Fbovespa em suas notas explicativas, no ano de 2009. Pesquisa descritiva com abordagem	Raras evidências feitas sobre controle interno em notas explicativas pelas empresas da BMF&Bovespa

		quantitativa, por meio de pesquisa documental.	
Gerenciamento de Risco de crédito: cálculo do risco de crédito para a carteira de um banco de varejo	Identificar o risco de crédito sobre dois vetores: Risco esperado e risco não esperado	Estudo de caso, realizado em uma instituição financeira brasileira.	Nível máximo de perda em operações de crédito sendo o resultado da soma das perdas esperadas para a carteira
Governança corporativa e o desempenho das cooperativas de crédito do Brasil	Verificar a relação positiva entre as ferramentas de governança corporativa e o desempenho apresentado por elas	Estudo de caso, com utilização de questionário, e análise de dados secundários, nas cooperativas do sistema de cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)	Relação positiva entre os padrões de dados adotados e o desempenho por elas apresentado
Modelo de classificação de risco de crédito de empresas	Desenvolver modelo de classificação de risco de crédito em grandes empresas	Estudo de caso, em uma amostra das empresas de capital aberto, classificadas como solventes e insolventes entre o ano de 1994 e 2004.	Modelo de previsão da ocorrência de default com um ano de antecedência
Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro	Análise de características dos principais modelos desenvolvidos por grandes instituições financeiras e avaliar a aplicabilidade destes	Pesquisa exploratória, trabalho comparativo, utilizando modelos de mensuração do risco internacionais.	Nenhum dos modelos estudados está atualmente em condição de ser implantado em toda sua extensão no mercado financeiro nacional
Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de <i>credit scoring</i>	Investigar a contribuição de variáveis e escalas psicológicas sugeridas pela literatura de Psicologia Econômica, a fim de prever o risco de crédito de pessoas físicas.	Descritiva e quantitativa, com procedimentos estatísticos, utilizando escalas psicológicas para prever o risco de crédito de pessoas físicas.	Comprovação das variáveis e escalas psicológicas sugeridas pela literatura
Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil	Examinar se eventos de default de companhias abertas no Brasil são previstos por um sistema de classificação de risco de crédito baseado em índices contábeis	Estudo de caso quantitativo, nas companhias abertas da BM&F BOVESPA, no período de 1994 a 2006.	Comprovação da previsão de default pelas companhias abertas do Brasil
Evidenciação de características básicas recomendadas	Quais características básicas recomendadas pelo COSO, para o	Estudo descritivo, por meio de análise documental e abordagem quantitativa, por meio	Ainda são necessários esforços nas empresas a fim de que todas as características básicas

pelo coso (2004) para a gestão de riscos em ambientes de controle no relatório da administração de empresas brasileiras com ADRs	estabelecimento de um ambiente de controle estão sendo amplamente divulgadas	de análise do relatório da administração de 2007 de uma amostra de 28 empresas brasileiras com emissão de ADRs.	recomendadas pelo COSO
Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa	Demonstrar a contribuição da adoção de uma adequada estrutura de controles internos para o sucesso operacional da empresa.	Método qualitativo, por meio de estudo de caso, na companhia GENERAL ELETRIC BRASIL.	O resultado aplicado entre o pessoal de finanças confirmou a adequação da estrutura de controles internos de conformidade com os procedimentos e processos adotados

Fonte: autor (2018)

### **3 Metodologia**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Ao ser definido o objetivo do trabalho, o presente estudo visa responder a estes questionamentos, sendo expresso qual o tipo de pesquisa que será aplicado. Neste caso classifica-se como estudo de caso, de caráter qualitativo, descritivo e utilizando-se de dados secundários para a obtenção destes resultados.

O estudo de caso é uma das várias maneiras de realizar uma pesquisa nas ciências sociais. Yin (2015) reporta que o estudo de caso é o método preferencialmente utilizado para comparar outras situações em que as questões da pesquisa são “como?” e “porque?”, em que o pesquisador não tem pouco ou mesmo nenhum controle sobre os eventos, e o foco principal do estudo são fenômenos contemporâneos.

Pesquisas de abordagem qualitativa tem como preocupação fundamental o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, o pesquisador deve ter contato direto com o ambiente e com a situação a ser estudada (GODOY, 1995).

Godoy (1995), ainda afirma que os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não com os resultados ou com o produto.

O presente trabalho ainda é de caráter descritivo, pois o que se busca é entender o fenômeno por completo, com toda a sua complexidade, e analisa-lo de maneira qualitativa (GODOY, 1995).

O uso de dados secundários, conforme Raupp e Beuren apud Gil (2006, p. 15), são os dados que de alguma forma já foram analisados, como relatórios de pesquisas, relatórios de empresas, tabelas estatísticas entre outros. Através dos relatórios emitidos pela cooperativa acerca do risco, dos empréstimos e dos manuais serão analisados os contratos.

Na sequência serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, sendo composto pelo tipo de pesquisa, os procedimentos de análise de dados.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para o processo de coleta e análise de dados, foi utilizado a pesquisa documental, por meio análise de fatores que influenciam o crédito. GÜNTHER (2006) define que a análise de documentos é a variante mais antiga para realizar pesquisa, especialmente no que diz respeito à revisão de literatura. Após, será realizado entrevista conforme os dados da pesquisa tomam corpo, com os responsáveis dos setores que se envolvem com o crédito, a fim de complementar os dados analisados.

Para Bressan (2000) onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas, a primeira tarefa a ser empreendida é a clarificação precisa da natureza das questões. Assim, as entrevistas terão o papel de tornar claro e compreensível os resultados obtidos.

Optou-se pelo período de 2017 para a pesquisa, em uma Cooperativa de Crédito do sudoeste do Paraná. Obteve-se acesso inicialmente aos manuais de crédito da cooperativa, e posteriormente ao parecer de auditoria externa referente ao período de 2017, os quais foram utilizados concomitantemente para a criação da tabela de conferência dos contratos.

Assim, para a coleta de dados, com base no manual de crédito da cooperativa, o quadro 7 foi desenvolvido como suporte para a conferência física em uma amostra de 51 contratos, o equivalente a 10% das concessões de 2017, a fim de averiguar todos os pontos cruciais nos mesmos e contestar até que ponto os manuais são seguidos de forma eficaz.

**Quadro 7 Legenda para análise dos contratos**

A	Taxa
B	Assinatura da diretoria no contrato
C	Estudo de liberação
D	Faturamento declarado
E	Valor cota capital
F	Rating (Classificação)
G	Simulação
H	Votação Diretoria (Acima 20.000)
I	Serasa
J	Seguro Prestamista
K	Garantias
L	Notas Fiscal
M	Alienação Fiduciária

Fonte: Dados da pesquisa

Para cada critério correto ou não, foi utilizado um sistema de pontuação, conforme quadro 8, atribuindo os valores 1 e 0, a fim de uma melhor interpretação dos resultados obtidos na pesquisa.

**Quadro 8 Critérios da análise**

Pontos	Critério
1	Atende ao manual de crédito
0	Não atende ao manual de crédito

Fonte: Dados da Pesquisa

A fim de complementar os dados obtidos, foi estruturada entrevista, conforme o quadro 9, com o Gerente Geral da cooperativa, com o responsável pelo cadastro dos cooperados, e por fim com o responsável pelos controles internos da cooperativa, a fim de elucidar qualquer dúvida recorrente do estudo.

**Quadro 9 Questionário para entrevista por setores**

<b>Questionário Cadastro</b>
Quais os dados necessários para atualização cadastral?
Quais as restrições internas que são analisadas?
Quais as restrições externas analisadas?
<b>Questionário Controle Interno</b>
Como o controles internos analisa os contratos e cobra a correta utilização dos manuais?
Como se implementam as normativas para controle interno?
São feitos testes de controles nas novas normativas?
O controles internos tem influência no manual de crédito?
<b>Questionário Gerente Geral</b>
Como se analisa o relacionamento entre cooperado e cooperativa (fidelidade cooperativa)?
Como a falta de assinaturas nos contratos pode prejudicar a cooperativa?
Como é feita a avaliação dos créditos entre E e H?
Quais os critérios para a utilização do seguro prestamista?
Qual é o percentual de inadimplência da cooperativa?
Qual a segurança do rating do estudo de liberação?
A responsabilidade do gestor do crédito quando ocorre inadimplência?

Fonte: Autor da Pesquisa

Na sequência será apresentada a análise dos dados, em que estes serão coletados, tabulados e posteriormente analisados.



#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do estudo é apresentado o desenvolvimento da análise dos dados. Sendo que se inicia com os dados sob uma perspectiva histórica, em que é demonstrado do desenvolvimento de evolutivo do quadro social, dos rendimentos, empréstimos e inadimplência, para melhor avaliar o risco inerente desta atividade conforme sua atual situação.

Na tabela 1, pode-se observar o crescimento do número de associados entre o período de 2012 a 2017, juntamente com o crescimento dos depósitos totais de seus associados.

**Tabela 1 Depósitos/Número de associados**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Depósitos a vista</b>	7.735.013	8.049.175	9.099.753	9.574.832	11.254.687	14.829.727
<b>Depósitos a prazo</b>	31.204.652	39.348.733	53.478.658	56.847.066	69.564.857	87.304.456
<b>Nº Associados</b>	965	1.158	1.387	1.590	1.872	1.908

Fonte: Dados da pesquisa

A cooperativa praticamente dobrou seu número de cooperados em um período de 6 anos. Visto que, em 2012 possuía 965 associados e no ano de 2017, encerrou seu exercício social, com 1908 cooperados, apresentando uma evolução de 98% no seu quadro social se comparando com ano de 2012.

Os depósitos totais, considerando depósitos a vista e depósitos a prazo. Segundo (NIYAMA e GOMES, 2006), os depósitos à vista são entendidos como os depósitos de livre movimentação por pessoas físicas e jurídicas, e são a principal fonte de recursos das instituições financeiras. O autor ainda cita que os depósitos a prazo são recursos acolhidos pela instituição com data previamente estabelecida para seu resgate.

Os depósitos apresentaram um aumento de 162%, entre os anos de 2012 e 2017. Visivelmente a cooperativa apresentou uma evolução significativa, visto a sua área de atuação. A cooperativa aceita somente como cooperados empresários ou associados formação em grau de ensino superior, não sendo assim caracterizada como uma cooperativa de livre associação.

Com o aumento no número de cooperados, se espera que o crescimento da concessão de crédito siga o mesmo rumo. E, com isso, a gestão do risco de crédito se torna um ponto cada vez mais crucial para a cooperativa. Na tabela 2, pode-se visualizar a evolução de crédito e da inadimplência.

**Tabela 2: Evolução de Crédito X Inadimplência**

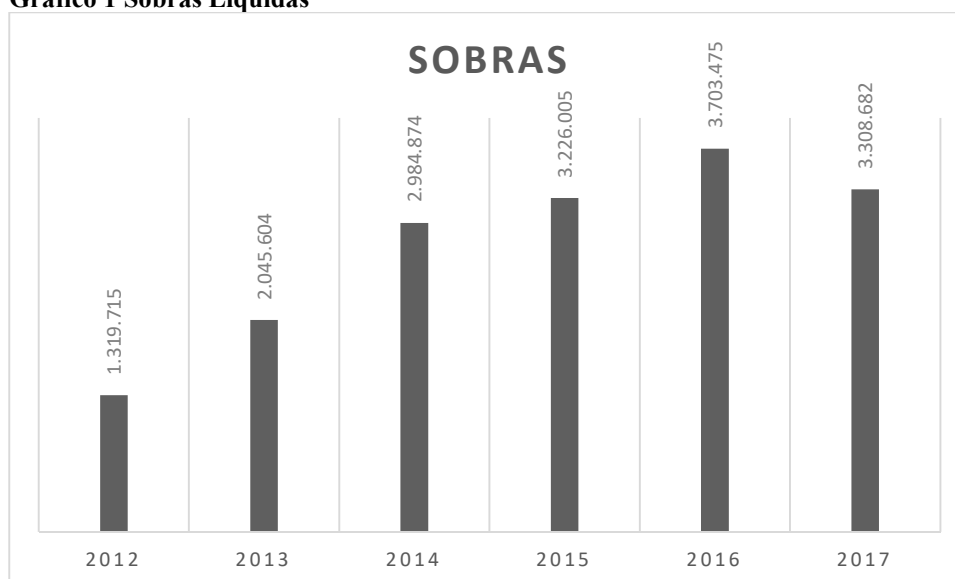
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Evolução do crédito</b>	30.864.996	38.009.232	42.885.720	46.125.552	54.832.558	68.288.322
<b>Inadimplência</b>	567.103	794.258	1.164.561	1.442.980	1.713.340	2.667.845

Fonte: Dados da pesquisa

A carteira de crédito cresceu em 121% em seis anos, demonstrando assim que o com o aumento das associações, também houve um aumento nas concessões de crédito. Juntamente com este, observa-se que a inadimplência aumentou 370% no período. Deve-se salientar que a inadimplência afeta o resultado da cooperativa e deve ser tratada pela instituição como um fator impactante de risco nas operações de concessão de crédito. Na tabela 3, é demonstrada a evolução do crédito em relação a inadimplência e ao montante de sobras destinados aos associados:

No gráfico 1, observa-se a evolução das sobras da cooperativa, que são distribuídas aos cooperados após o fechamento do exercício e após assembleia geral ordinária. No ano de 2012, as sobras eram de R\$1.319.715, enquanto que em 2017 elas foram para R\$ 3.308.682, tendo um crescimento de 151%.

**Gráfico 1 Sobras Líquidas**



Fonte: Dados da pesquisa

As sobras cresceram de R\$1.319.715 em 2012 para R\$3.308.682 em 2017, aumento de R\$1.988.967 em um período de 6 anos. O ano de 2016 foi o ano em que as sobras alcançaram o maior valor a ser distribuídos, R\$ 3.703.475 de sobras líquidas.

A inadimplência tem influência direta no montante de sobras distribuídos para os cooperados, e na tabela 3 fica expresso que a inadimplência corroborou para que as sobras não fossem maiores.

**Tabela 3 Evolução de Crédito X Inadimplência em %**

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Evolução do crédito %</b>	23,15%	12,83%	7,55%	18,88%	24,54%	121%
<b>Inadimplência %</b>	40,06%	46,62%	23,91%	18,74%	55,71%	370%
<b>Sobras %</b>	55,00%	45,92%	8,08%	14,80%	-10,66%	151%

Fonte: Dados da Pesquisa

Na tabela 3 é possível analisar a evolução, em porcentagem, com uma visão mais ampla da cooperativa. O crédito evoluiu, 121% entre os anos de 2012 e 2017, enquanto que a inadimplência evolui 370% no mesmo período. Do ano de 2016 para 2017, a evolução da inadimplência foi de 55,71%, a maior entre todos os anos analisados. Por meio da tabela 3 observa-se como o risco a análise do risco de crédito é importante para a instituição, pois a inadimplência cresceu de maneira disforme se comparado ao crescimento do crédito, e esta influência negativamente no total de sobras que é distribuído pela cooperativa.

Como observado, a instituição financeira teve grandes crescimento tanto no número de cooperados quanto nas sobras que foram distribuídas. No capítulo seguinte é explanado como foram levantadas as linhas de crédito, mediante os manuais de crédito da cooperativa e de relatórios de auditoria internos referente ao exercício de 2017.

#### 4.1 LEVANTAMENTO DAS LINHAS DE CRÉDITO

Para atender aos objetivos deste estudo, a cooperativa se mostrou muito colaborativa, liberando acesso aos manuais de créditos e produtos, aos contratos

físicos, aos setores responsáveis e ao último relatório de auditoria interna do ano de 2017. Sendo que este que serviu de suporte e conferência dos contratos.

Assim, a análise se inicia com base nos manuais de crédito, de garantias e de produtos, utilizados para todos os procedimentos de cessão de crédito aos seus cooperados, dos quais foram observados todos o processo para liberação de crédito. Após a análise destas linhas, foram entrevistados o Gerente Geral, o responsável pelo cadastro e o responsável pelo controle interno, para complementar as informações referentes ao crédito devido à sua complexidade.

O analista de crédito começou a atuar na cooperativa apenas no último mês de 2017, e anterior a isso quem fazia as análises era o Gerente Geral, por isso não foi levado em conta a opinião do analista, visto o período estudado.

A Cooperativa também disponibilizou um relatório, por meio de seu sistema de informação, com os dados necessários para avaliar quais e quantas linhas de crédito foram utilizadas no ano de 2017. Bem como as taxas utilizadas em cada contrato e seus respectivos valores, englobando contratos na sua matriz e suas três filiais.

No manual de produtos constam as linhas de crédito que a cooperativa disponibiliza. Cada uma destas tem sua própria lista de obrigações a seguir, porém, grande maioria destas obrigações se repetem em todas as linhas de crédito, mas, ressaltam-se particularidades que são específicas.

Foram levantados o total de 33 linhas de crédito utilizadas no ano de 2017, as quais totalizaram o valor de R\$35.279.098,03 cedidos a seus cooperados, em 500 contratos, com taxa média de juros de 1,21% mais CDI.

Para a análise das 33 linhas de crédito, foram selecionadas 4 linhas de crédito, tendo como parâmetro de escolha as linhas mais utilizadas e a linha com maior valor cedido em crédito, conforme pode ser observado na tabela 4.

**Tabela 4 Linhas de Crédito - 2017**

linha de crédito	total por linha de crédito	média de taxa de juros	total empréstimo por linha de crédito
103	108	0,5	1.722.168,67
94	69	0,56	3.727.983,38
152	59	1,01	3.498.735,47
129	41	0,63	3.389.300,00
39	41	2,09	482.675,31
113	33	1,69	307.631,42
83	15	1,97	237.500,00
141	13	0,66	1.273.000,00

127	13	0,5	159.810,14
101	12	0,5	322.500,00
171	11	1,9	1.113.215,19
137	11	0,65	437.265,65
107	10	0,5	55.817,95
150	7	1,9	113.000,00
169	6	1,08	320.000,00
79	6	1,25	190.500,00
165	5	0,5	10.700.000,00
160	5	1,92	1.413.013,54
140	5	0,8	716.000,00
112	4	1	499.128,81
40	4	2,28	40.000,00
166	3	4,5	38.000,00
151	3	2,06	14.098,00
82	3	0,65	405.000,00
172	2	0,9	140.000,00
161	2	0,4	153.000,00
138	2	0,64	512.800,00
130	2	0,65	180.000,00
170	1	2,29	4.334,50
168	1	0,5	1.000.000,00
159	1	0,5	2.000.000,00
158	1	0,8	100.000,00
66	1	2,19	12.620,00
<b>TOTAL</b>	<b>500</b>	<b>1,21</b>	<b>35.279.098,03</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Para selecionar as linhas a serem estudadas, foi considerado o número de contratos e a quantidade necessária para avaliá-los. Assim, a planilha foi distribuída de duas formas, a primeira pela linha de crédito com mais contratos disponibilizados, totalizando 3 linhas, e a segunda pelo valor distribuído em cessão de crédito, com mais 3 linhas de crédito escolhidas. Do total de linhas escolhidas, duas delas se repetiram, permanecendo então 4 linhas de crédito no total.

Assim, na tabela 5, pode-se observar quais foram os as linhas de crédito com mais liberações.

**Tabela 5 Linhas mais utilizadas**

linha de crédito	total por linha de crédito	média de taxa de juros	total empréstimo por linha de crédito
103	108	0,5	1.722.168,67
94	69	0,56	3.727.983,38
152	59	1,01	3.498.735,47

Fonte: Dados da Pesquisa

Como observado na tabela 5, as linhas 103, 94 e 152, foram utilizadas na concessão de 108, 69 e 59 contratos respectivamente. Para cada uma das 3 linhas foram selecionados 20 contratos, levando em consideração o maior valor. Na linha 103, os valores variaram entre R\$18.000,00 e R\$87.000,00, enquanto que na linha 94 os valores ficaram entre R\$64.000,00 e 207.000,00 e na linha 152 ficaram entre R\$45.000,00 e R\$400.000,00.

Na sequência da seleção, a tabela 6 foi distribuída de forma a apresentar os totais de empréstimos por linha, para que fossem selecionadas as linhas com o maior valor cedido em crédito. Conforme tabela 6, pode-se observar que duas destas linhas repetem na tabela anterior.

**Tabela 6 Maior Concessão de Crédito**

linha de crédito	total por linha de crédito	média de taxa de juros	total empréstimo por linha de crédito
165	5	0,5	10.700.000,00
94	69	0,56	3.727.983,38
152	59	1,01	3.498.735,47

Fonte: Dados da Pesquisa

Mesmo com apenas 5 contratos, a linha 165 acumulou o valor total de R\$10.700.000,00 em concessão de créditos. Esta linha, em especial, tem contratos entre R\$1.500.000,00 e R\$2.800.000,00, podendo ser a linha com o maior risco para a cooperativa.

Dessa forma, as quatro linhas que podem causar o maior impacto nos rendimentos da cooperativa foram divididas e analisadas. O próximo capítulo se refere a quais procedimentos internos foram adotados pela cooperativa para a liberação do crédito a seus cooperados, e como estes procedimentos visam aumentar a segurança nessas operações.

## 4.2 PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO RISCO

A partir da seleção das linhas de crédito, foram analisados os manuais de crédito da empresa, visando verificar se os procedimentos adotados como planos

permanentes na empresa (CREPALDI e CREPALDI, 2017). Para o autor, o processo tem por finalidade proporcionar à empresa uma razoável garantia em promover com eficácia suas operações.

O manual de crédito define que os cooperados poderão utilizar as linhas de crédito somente se atenderem os requisitos abaixo relacionados:

- Ficha cadastral atualizada
- Consulta de restrições internas
- Consulta de restrições externas
- Capacidade de pagamento
- Classificação entre os níveis A e B.

A atualização da ficha cadastral tem por objetivo informações para comprovação de renda, como cópia de declaração de Imposto de Renda ou três últimas folhas de pagamento, comprovação de residência e telefones, tanto para contato próprio como de indicações, se tratando de pessoa física. Quando pessoa jurídica, se faz necessário cartão CNPJ, contrato social ou última ata de reunião dos sócios, último balanço, relação de faturamento dos últimos 36 meses (assinado pelo contador e administrador), além de comprovação de endereço, documentação dos sócios e telefones para contato. A simulação de crédito só inicia após a atualização de todos esses itens.

O sistema utilizado tem conexão direta com vários sistemas de restrição de crédito, podendo ser citados o cadastro de emitente de cheque sem fundo, serviço de proteção ao crédito (SPC), Serasa, Receita Federal, e caso o cooperado tenha restrição em condenação de execução ou condenado em ação de penhora, isso também será avaliado para a liberação de crédito.

Para contratos de até R\$20.000,00, o analista de crédito tem poder para liberar o mesmo, mediante votação conjunta com o gerente da agência. Para contratos acima deste valor, se faz necessário o parecer da diretoria. Para os riscos entre E e H, o crédito é avaliado juntamente com a Diretoria, de forma mais criteriosa.

As linhas de crédito têm uma base similar e todo contrato deve conter as informações de renda, faturamento, ranting do cliente, simulação, estudo para liberação de crédito, votação da diretoria (quando necessária), consulta do Serasa atualizada da data do crédito e as garantias que se fazem necessárias conforme a linha de crédito, que podem ser seguros, avalista ou alienação fiduciária.

Todos esses parâmetros são analisados para a liberação do crédito, a fim de minimizar as chances de possíveis perdas que podem ocorrer nestas concessões. Nos próximos capítulos são apresentadas as linhas de créditos selecionadas e os resultados obtidos conforme os critérios pré-estabelecidos, começando a partir da linha 103, linha para empréstimos ligado ao total de cotas dos cooperados.

#### 4.2.1 Linha de crédito 103

A linha de crédito 103, dos 20 contratos solicitados, 18 estavam no arquivo na sede da cooperativa, enquanto que 2 ainda estavam em suas filiais. Esta linha tem por objeto a liberação de crédito até o valor da cota capital, sendo uma modalidade que pode ser acessada tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, com necessidade de seguro prestamista, dependendo do valor e da idade do cooperado, que conforme o manual de crédito, são para as operações acima de R\$200.000,00, e para cooperados com idade de até 65 anos ou para operações acima de R\$100.000,00 e cooperados com idade de 66 a 70 anos. No caso de pessoa jurídica, quando a empresa possuir até dois sócios.

Na sequência é apresentado a análise da linha 103, conforme a tabela 7:

**Tabela 7 Linha 103**

Valor Contratado	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Risco	Valor Cota
R\$ 87.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$87.747,00
R\$ 66.123,12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	D	R\$69.609,00
R\$ 60.000,00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$63.256,00
R\$ 50.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$90.179,00
R\$ 40.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$48.781,00
R\$ 38.600,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$45.579,00
R\$ 33.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$98.167,00
R\$ 31.000,00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$31.421,00
R\$ 30.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	C	R\$35.366,00
R\$ 29.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$51.437,00
R\$ 26.700,00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$29.976,00
R\$ 25.000,00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$34.197,00
R\$ 25.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	D	R\$40.169,00
R\$ 23.000,00	1	0	1	1	1	1	1	1	1	C	R\$30.977,88
R\$ 20.591,47	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$37.561,00
R\$ 20.526,06	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A	R\$29.437,00
R\$ 18.900,00	1	1	1	1	1	1	1	0	1	B	R\$29.812,00
R\$ 18.000,00	1	1	1	1	1	1	1	0	1	A	R\$38.142,00

Fonte: Dados da Pesquisa



Como pode se observar na tabela 7, nesta linha de crédito, em nenhum dos contratos foi necessário a utilização do seguro prestamista. No critério, de concessão até o valor da cota, os contratos seguem a especificação do manual de crédito.

Tendo em vista todos os aspectos analisados, o item B, que se refere as assinaturas dos diretores nos contratos foi o que mais teve distorções relevantes e que podem influenciar no risco. Em 9 contratos não constavam a assinatura de pelo menos um dos diretores. Um contrato sem a assinatura de uma das partes representa a falta de ciência sobre o mesmo, além de, em circunstâncias em que seja necessário a utilização do contrato para, por exemplo, uma cobrança judicial, este fato pode gerar atrasos ou tornar o contrato nulo.

Quanto ao item H, dois contratos tiveram a liberação feita apenas pelo gestor de crédito em conjunto do gerente da agência, sem a necessidade do parecer da diretoria, conforme determina o manual. Todos os outros aspectos estão completamente de acordo com as políticas e manuais de crédito, assim, apenas 5% dos itens não estão de acordo com o que se está definido.

Nesta tabela 7 também é possível observar que em todos os contratos o risco não ultrapassa o que reporta o manual, tendo somente concessões entre risco A e D. Destes contratos, dois deles estão no risco máximo aceitável, e o fator que mais impactou para que os mesmos não fossem classificados com um risco melhor foi igual para todos, destacado no estudo de liberação de crédito como “parcela mensal compromete de 20% a 30% da renda líquida”.

Durante a entrevista com o Gerente Geral, o mesmo especificou que qualquer contrato acima do risco D é excluído do gestor de crédito, já que o mesmo tem parâmetros pré-definidos e bloqueia instantaneamente qualquer proposta que não siga o que foi especificado. Isso se torna um fator de segurança, além de diminuir a estimativa de crédito de liquidação duvidosa, no caso da inadimplência, conforme determina a resolução 2682 do Banco Central do Brasil, art. 6º:

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;

- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificados como de risco nível G;
- VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H. (Resolução 2682, BCB, 1999, p. 3)

Como observado a linha 103, mesmo que a linha esteja praticamente seguindo o que rege o manual, a falta de assinaturas se torna um ponto que requer atenção dos controles internos, visto o risco inerente à este problema. A seguir a linha 94, linha para operações de crédito para financiamentos de veículos, a qual segue praticamente os mesmos parâmetros da linha 103, e apresentou problemas semelhantes.

#### 4.2.2 Linha de crédito 94

A linha de crédito 94 é para operações de compras de veículos de transporte terrestre/marítimo/fluvial/aéreo, podendo ser 0KM com financiamento de 100% do valor ou com até quatro anos de uso e financiamento de 80%. Para esta linha, além dos itens comuns às outras linhas, também é necessária a avaliação do veículo via tabela Fipe, comprovante do veículo e relatório da alienação fiduciária do gravame e seguro prestamista nas mesmas condições da linha anterior.

Para esta linha em questão, a diretoria ter poder para liberar créditos até o valor de R\$500.000,00, acima desse valor o conselho de administração pode fazer as liberações. Algumas taxas também são cobradas para pessoa jurídica, sendo para valores de até R\$40.000,00, tarifa de R\$200,00, para valores de até R\$40.000,01 até R\$55.000,00 tarifa de R\$300,00 e para valores acima de R\$55.000,01 tarifa de R\$400,00. A taxa de Juros varia entre CDI+0,55% ao mês para até 48 parcelas e CDI+0,60% para até 60 parcelas.

Dos 20 contratos solicitados, apenas quinze foram analisados, pois, os outros não se encontravam arquivados na sede da cooperativa, pois ainda estavam com as filiais. Sendo assim, foram analisados os 15 contratos disponíveis, conforme análise apresentada na tabela 8.

Tabela 8 Linha 94

Valor Contratado	Taxa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	Risco
R\$ 206.000,00	0,55%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	A
R\$ 206.000,00	0,60%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	D
R\$ 140.849,60	0,60%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	C
R\$ 100.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	A
R\$ 91.680,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	A
R\$ 85.000,00	0,55%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	A
R\$ 81.000,00	0,60%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	C
R\$ 80.900,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	B
R\$ 80.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	A
R\$ 75.000,00	0,55%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	A
R\$ 75.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A
R\$ 71.500,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	E
R\$ 66.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	A
R\$ 65.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	A
R\$ 64.000,00	0,55%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	E

Fonte: Dados da pesquisa

Novamente esta linha apresenta contratos sem assinaturas de pelo menos um dos diretores. Dos quinze contratos, dez não tiveram esse problema, representando um total de 1/3 da amostra sem assinaturas, número considerado expressivo em relação a amostragem.

Um outro ponto a ser destacado, foi o seguro prestamista, que em dois deles seguem o manual, ultrapassando R\$100.000,00 e R\$200.000,00. Mas, os outros três, o seguro prestamista foi feito mesmo não seguindo especificação do manual de crédito. Segundo a gerência, isto deve-se a uma segurança a mais na concessão do crédito e um produto a mais vendido.

Quanto ao avalista, seis dos quinze contratos tinham avalista, representando que 40% da amostra. Todos os contratos acima apresentaram documento de alienação fiduciária e todos estavam com a nota fiscal de compra dos veículos. Segundo MAZZUOLI (1999), o art. 66 da L. 4728/65 define a alienação fiduciária como:

[...] transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal (Mazzuoli, 1999, p. 1)

Dessa forma, pode-se dizer que o cooperado responde sobre todas as responsabilidades e taxas acerca do bem, como IPVA, multas ou outras taxas referentes ao veículo, mas no caso da inadimplência, a cooperativa tem o poder de tomar o veículo para si, e com este, recuperar a dívida, se não em totalidade, pelo



R\$ 80.000,00	1,00%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 80.000,00	1,00%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 50.000,00	1,00%	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0
R\$ 50.000,00	1,00%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 50.000,00	0,80%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 50.000,00	0,80%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 50.000,00	0,80%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 50.000,00	1,00%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
R\$ 45.000,00	1,50%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
R\$ 45.000,00	1,00%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1

Fonte: Dados da Pesquisa

Novamente evidencia-se que há contratos sem assinatura de pelo menos um dos diretores, ocorrendo em 14% dos contratos analisados. Isto é um fato recorrente e preocupante, visto que a assinatura demonstra a ciência da diretoria quanto à cada contrato.

Outro fato que chamou a atenção foi quanto ao seguro prestamista, visto a não obrigatoriedade do mesmo nesta linha. Este seguro não causa influência negativa nas concessões de crédito, apenas positivas, então o fato de apenas um contrato ter o seguro não traz interferência significativa para o estudo.

Quanto às garantias, um único contrato não apresentou garantias reais/avalista no processo. Quando questionado a gerência da cooperativa, o mesmo informou que via sistema o avalista está vinculado ao contrato. Possivelmente ocorreu uma falha operacional na impressão do mesmo.

A linha 152 apresenta praticamente os mesmos problemas das linhas anteriores, questão totalmente operacional. Em seguida, a linha 165, é apresentada, sendo esta a que mais proporciona risco para a cooperativa, visto os valores cedidos nestas operações.

#### 4.2.4 Linha de Crédito 165

A linha de crédito 165 trata de capital de giro para pessoas jurídicas, de R\$1.000.000,00 até R\$2.800.000,00, com apresentação de garantias compatíveis e sem a necessidade de comprovação para utilização do recurso. Pode ser utilizado garantias de imóveis apresentando laudo de avaliação com cobertura equivalente a

200% do valor da operação como alienação fiduciária/hipoteca, além da cobrança de IOF e seguro prestamista.

Na linha 165 apenas cinco contratos foram feitos no ano de 2017. Quatro deles foram disponibilizados para o estudo, conforme tabela 10.

**Tabela 10 Linha 165**

Valor Contratado	Taxa	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Valor Cota
R\$ 2.500.000,00	0,56%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	R\$ 300,00
R\$ 2.500.000,00	0,56%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	R\$ 350,00
R\$ 1.500.000,00	0,56%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	R\$ 300,00
R\$ 2.800.000,00	0,56%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	R\$ 300,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Na linha 165, a liberação do crédito ocorre somente quando o cooperado apresentar garantias para alienação que alcancem o patamar de duas vezes o valor da concessão. Dessa forma, a cooperativa busca garantir o pagamento destas concessões. Como observado na tabela 10, todos os contratos atendem a quase todo o proposto no manual de crédito.

Esta foi a única linha em que todos os contratos estavam assinados pela diretoria. Todos apresentaram garantias, como avalista, em especial nesse caso, mais que uma pessoa. Para a alienação fiduciária de imóveis, todos continham a avaliação de perito para confirmar o real valor destas propriedades, comprovação de renda tanto do contratante quanto dos avalistas e seus respectivos cônjuges.

Além disto, todos os contratos continham a cobrança de IOF sobre as operações. A única opção obrigatória e que em nenhum contrato se fez presente, foi o seguro prestamista. Segundo a gerência da cooperativa, o seguro prestamista nesta linha se encontra em cláusula específica do contrato, para uma maior garantia.

Outra observação curiosa desta linha foi a cota que cada um tinha na cooperativa. O maior valor em cotas apresentado foi de apenas R\$350,00. Visto que, para o ingresso do cooperado, ele se compromete com a integralização do total de R\$12.100,00, este que pode ser feito em parcela, sendo que é necessária uma entrada de R\$300,00, e pagamentos mensais de R\$50,00 até a conclusão da cota. Dessa forma, é possível confirmar que estas empresas tinham no máximo 2 meses como cooperado até a concessão do capital de giro, o que representa apenas 2,89% do total do valor da cota.

Esta última linha contemplou todos os fatores necessários segundo o manual de crédito da cooperativa, visto o risco eminente em concessões de crédito destas quantias, existe uma garantia mais palpável para estes contratos. No próximo capítulo os resultados obtidos são analisados em conjunto, concedendo um sentido mais amplo ao que foi apurado.

#### 4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Após a análise das quatro linhas, pretendeu-se identificar se os contratos atendem os manuais de crédito em sua totalidade, parcialmente, ou se não atendem às especificações da cooperativa. De um total de 500 contratos, foi analisada uma amostra de 51 contratos, totalizando aproximadamente 10% do total de contratos.

**Tabela 11 Análise consolidada**

<b>Critério</b>	<b>Total Contratos</b>	<b>Total %</b>
Atendem Totalmente	10	19,61%
Atendem Parcialmente	41	80,39%

Fonte: Dados da Pesquisa

Por meio da tabela 11, com o somatório de todos os contratos, foi possível observar que mesmo atendendo parcialmente aos manuais de crédito, poucos itens não estão em consonância com o que define o manual. Observou-se que, do total da amostra, apenas 19,61% dos contratos estão totalmente de acordo com as especificações do manual de crédito, enquanto que 80,39% deles tinham pelo menos uma adversidade.

Das divergências ou contudentes mais relevantes nos contratos estão o seguro prestamista e as assinaturas da diretoria nos contratos. Referente as assinaturas, dos 51 contratos analisados apenas 35 continham todas as assinaturas necessárias. Isso representa 31% dos contratos sem assinatura. Em um possível caso em seja necessária de cobrança judicial, a falta de assinatura pode causar atrasos ou mesmo problemas para a cooperativa. Deve-se ressaltar que a diretoria não tinha a ciência das condições do mesmo.

Quanto ao seguro prestamista, não são todas as linhas que tem por obrigação este seguro. Apenas a linha 165 apresenta essa obrigatoriedade e a gerência aponta que este foi feito de forma correta em todos os contratos, não havendo a necessidade

de acompanhamento mais rigoroso. De modo geral, o seguro prestamista garante o pagamento de dívidas em caso de imprevistos capazes de gerar o inadimplemento do tomador de crédito, (morte, invalidez permanente e o desemprego) (GONÇALVES, 2012). Essa segurança, no caso da cooperativa, pode diminuir o risco sobre os contratos e garantir que os cooperados não sejam prejudicados.

Do ponto de vista do que dispões na resolução 2682, a cooperativa segue rigorosamente suas diretrizes, conforme o art. 1º:

*Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:*

*I - nível AA;*

*II - nível A;*

*III - nível B;*

*IV - nível C;*

*V - nível D;*

*VI - nível E;*

*VII - nível F;*

*VIII - nível G;*

*IX - nível H.*

E também no que dispões no art. 2º:

*A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.*

O que compete ao art. 4º, conforme entrevista, também é de obrigação da cooperativa, sendo feita a sua contabilização conforme o disposto legal:

*Art. 4º A classificação da operação nos níveis de risco de que trata o art. 1º deve ser revista, no mínimo:*

*I - Mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:*

*a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;*

*b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;*

*c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;*

*d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;*



*e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;*

*f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;*

*g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;*

Isso demonstra a preocupação da cooperativa quanto aos dispostos legais e suas obrigatoriedades, traz mais segurança para os demonstrativos contábeis e para os cooperados, visto que qualquer aplicação errônea pode diminuir o retorno social deles.

#### 4.3.1 Controles internos

Findando o estudo, na entrevista com o controle interno buscou-se identificar quais seus papéis de trabalho, como eram realizados os testes de controles e se haviam influências do controle interno no manual de crédito. Também, foi buscado entender como o seu trabalho era realizado.

De modo geral, os papéis de trabalho referentes ao controle interno são desenvolvidos pela central da cooperativa, a qual também realiza os testes necessários antes de repassá-los ao setor. A central também conta com auditoria interna que analisa todas as cooperativas que fazem parte deste grupo. A cada seis meses são realizadas auditorias e os relatórios de auditoria também compõe os papéis de trabalho dos controles internos.

Dentre os papéis de trabalho do controle interno, os riscos operacionais, de crédito, de liquidez, de mercado e de gerenciamento de capital são pontuais em sua atividade. O risco de crédito, objeto principal deste estudo, é analisado periodicamente por meio de amostras por linha de crédito.

Segundo o entrevistado, como o relatório de auditoria faz parte de seus papéis de trabalho, ele utiliza a súmula final do relatório, onde há a comparação entre semestres anteriores, com a incidência de problemas nas operações de crédito, sua variação e se desta variação tem problemas reincidentes, ou seja, se os mesmos problemas apontados anteriormente ainda estão acontecendo.

A partir desta súmula, o controle interno utiliza a avaliação das operações de crédito, analisa quais os contratos, de quais postos estes contratos pertencem, a quais linhas de crédito estes pertencem e quais os problemas mais recorrentes nestes

contratos. Assim, ele estima amostras e faz as análises, fazendo os apontamentos necessários e repassando os mesmos para os responsáveis.

Cada apontamento tem prazo determinado para seu cumprimento, e caso não sejam cumpridos o determinado, a diretoria é comunicada para tomar as devidas providencias. Além destes apontamentos, todos os problemas citados pela auditoria têm prazo e os controles internos que solicita o tempo para ajustes, quais os procedimentos para as correções e repassa as respostas para a auditoria.

Dessa forma, o controle interno se compromete com seu papel, conforme MAIA et al. (2005), que definem que o controle interno envolve todos os processos e rotinas, com o intuito de organizar a empresa de tal maneira que seus colaboradores compreendam, respeitem e façam cumprir as políticas traçadas pela administração. O controle interno assim deve fazer cumprir todas as políticas e manuais de crédito.

Conforme a análise deste trabalho, visto os apontamentos da auditoria no relatório que compete ao ano de 2017, percebe-se que os problemas de falta de assinaturas se tornaram recorrentes, sem ter uma solução completa para esse caso. Além de outras questões que não foram identificadas neste estudo, pela falta de acesso ao sistema de informação da cooperativa e tempo reduzido para uma avaliação integral e minuciosa dos contratos.

Essa recorrência aponta um risco na cooperativa, de caráter operacional, pois pode apresentar falta de controle dos processos por parte do controle interno. O não cumprimento do que foi apontado pela auditoria, e risco pela necessidade da utilização em caráter de urgência de um contrato em inconformidade, em uma ação judicial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o proposto por este estudo, foi possível analisar a instituição de maneira a responder os objetivos anteriormente especificados, no que tange os controles internos e o risco inerente ao crédito.

O primeiro objetivo buscou identificar quais são os riscos de crédito decorrentes das operações de concessões de crédito em uma cooperativa de crédito. Neste ponto verificou-se que o maior risco para a instituição se encontra na possível inadimplência dos tomadores de crédito. Conforme SANTOS, CARMONA E LEISMANN (2010), o risco de crédito é a probabilidade de não recebimento do valor acordado. A inadimplência aumentou de forma expressiva, principalmente entre os anos de 2016 e 2017.

Ainda, no que diz respeito a este objetivo, outro ponto encontrado neste estudo diz respeito à riscos operacionais no processo para a liberação de crédito, visto que, mesmo atendendo a praticamente todos os pontos oriundos do manual, existem problemas que foram anteriormente apontados pela auditoria, e que se tornaram recorrentes neste estudo.

Quanto a avaliação do nível de aceitação dos riscos envolvidos nas operações de concessões de crédito na cooperativa de crédito, também considerando o estabelecido pelo Banco Central, a cooperativa segue as resoluções de forma coerente e em sua totalidade. Tendo seus próprios métodos de avaliação do nível de risco, conforme o art. 2º, que determina que a classificação da operação no nível de risco é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, e tem a obrigação de ser amparada por informações internas e externas (BACEN, 1999).

A fim de responder ao último objetivo específico, para demonstrar a aplicabilidade dos controles internos nas operações de concessão de crédito da cooperativa de crédito, é notável a importância do setor para a devida manutenção dos procedimentos que condizem ao crédito. Segundo MAIA et al. (2005), os controles internos representam o conjunto de procedimentos ou métodos com objetivo de proteção dos ativos, elaboração de dados contábeis confiáveis e auxílio à administração na gestão ordenada dos negócios empresariais.

As recorrências de alguns fatos apontados pela auditoria representam uma falha operacional, no que diz respeito ao crédito. Este problema se refere tanto ao operacional, que não desempenhou suas tarefas por completo, e também ao controle interno, visto que problemas de execução devem ser controlados pelo mesmo para evitar outros tipos de risco. Conforme FIIRST et al. (2015), descrevem que a ausência de controles internos ou a execução de processos errôneos são situações que possuem uma probabilidade de impedir o alcance dos objetivos da empresa, definindo a existência de riscos corporativos.

Recomenda-se para uma pesquisa futura a análise dos papéis de trabalho do controle interno, para a avaliação da eficiência deste junto a instituição, de forma a verificar se o tempo com que os apontamentos surtem efeito e como o mesmo averigua se os setores estão seguindo suas notificações. Outro ponto possível de estudo são os fatores que influenciaram ao crescimento desproporcional da inadimplência, ponto que requer atenção redobrada da instituição.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. 2ª. ed. [S.l.]: atlas, 2007.

BACEN, C. D. B. Banco Central do Brasil. **BCB**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>>. Acesso em: 2018.

BEUREN, I. M.; DALLABONA, L. F.; DANI, A. C. Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Economia e Administração**, 2011. 22.

BICCA MARQUES, L. F. Gerenciamento de Risco de Crédito: cálculo do risco de crédito para a carteira de um banco de varejo, Porto Alegre, 2002. 125.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisão de crédito**. [S.l.]: Livraria Nobel S.A., 1999.

BRASIL, B. C. D. [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), 1999. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf)>.

BRESSAN, F. O método de estudo de caso, 2000. 16, FEA-USP.

BRITO, O. S. **Gestão de Riscos: Uma abordagem orientada a riscos operacionais**. [S.l.]: Saraiva, 2007.

BUENO, V. D. F. F. **Avaliação de risco na concessão de crédito bancário para micros e pequenas empresas**, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC, Florianópolis, 2003. 187.

CHAGAS, J. F. **Governança Corporativa: aplicabilidade do conceito, princípios e indicadores à gestão de pequenas e médias organizações**, 2007. 15.

CHAIA, A. J. **Modelos de Gestão do Risco de Crédito e sua Aplicabilidade ao Mercado Brasileiro**, São Paulo, Junho 2003. 121.

COIMBRA, F. **Riscos Operacionais: Estrutura para gestão em bancos**. 1ª. ed. [S.l.]: Saint Paul Editora, 2007.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 10ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 936.

DA SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 8ª Edição. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.

DUARTE JUNIOR, A. M. **Risco: Definições, Tipos, Medição e Recomendações para seu Gerenciamento**. Unibanco S.A. [S.l.], p. 11. 1993.

FIIRST, C. et al. **Evidenciação de fatores de riscos e deficiência do controle interno de empresas brasileiras com ADRs**, Cascavel, 2015. 15.

FRANCISCO, J. R. D. S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. **Risco de Crédito em Cooperativas: Uma análise com base no perfil dos cooperados**, 2009. 13.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, São Paulo, 1995. 7.

GONÇALVES, M. L. et al. **Condicionantes do Risco de Crédito em uma cooperativa do Alto Paranaíba/MG**, 2013.

GONÇALVES, R. M. L. et al. **Livre Admissão e Risco de Crédito em uma Cooperativa do Alto Paranaíba**, 2014. 28.

GONÇALVES, T. M. **O Seguro Prestamista: Uma análise sobre a natureza jurídica e a importância socioeconômica**, São Paulo, 2012. 240.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?**, Brasília, 2006. 9.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2007. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/3.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

IBGC. Guia das melhores práticas de governança para cooperativas, n. 1ª, p. 98, 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Governança Corporativa. **IBGC**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>>.

K. YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5ª Edição. ed. [S.I.]: Bookman, 2015.

MAGRO, C. B. D.; MONDINI, V. E. D.; HEIN, N. Gestão dos Riscos de Inadimplência dos Tomadores de Crédito: Um estudo em uma Cooperativa de Crédito. **Conselho Regional de Contabilidade do RJ**, Blumenau, Setembro 2014. 9.

MAIA, M. S. et al. Contribuição do Sistema de Controle Interno para a Excelência Corporativa, Blumenau, 2005. 17.

MARQUES FERREIRA, A. et al. Previsão de Risco de Crédito para definição do perfil de clientes de um banco de varejo. **Revista de Negócios**, Blumenau, 2011. 18.

MAZZUOLI, V. D. O. Prisão Civil por Dívida e o Pacto de San José da Costa Rica: Especial enfoque para os contratos de Alienação Fiduciária em Garantias, Campinas, 1999. 36.

NATAL CERRI, R.; BRITTO, P. A. P. D. Risco de Crédito e Spread bancário em carteiras de financiamentos com recursos do BNDES. **Revista de Economia e Administração**, 2014. 214.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. **Contabilidade em instituições financeiras**. 3ª Edição. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

PETRY GORZIZA,. Um estudo sobre a implantação do novo acordo de Basiléia e seus efeitos no Banco do Brasil, p. 56, 2007.

PINTO, G. M. V. D. S.; FUNCHAL, B.; DA COSTA, F. M. Governança Corporativa e o Desempenho das Cooperativas De, 2008. 17.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**, 2006. 22.

SANTOS, K. F.; CARMONA, C. U. D. M.; LEISMANN, E. L. Gerenciamento do Risco de Crédito em Micro e Pequenas Empresas: Recortes Teórico-Empíricos. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, p. 13, 2010.

SILVA BRITO, A.; NETO, A. A. Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Empresas. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, 2008. 13.

SILVA BRITO, G. A.; NETO, A. A. Modelo de classificação de Risco de Crédito de empresas. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo , 2005. 12.

SILVA, P. R. Psicologia do Risco de Crédito: Análise de Contribuição de variáveis psicológicas em modelos de Credit Scoring, São Paulo, 2011.

SOUZA FRANCISCO, J. R. D.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. Risco de crédito em cooperativas: Uma análise com base no perfil do cooperado. **Sociedade, contabilidade e gestão** , Rio de Janeiro, Dezembro 2012.

SOUZA NETO, J. A. D.; REIS, D. A. D. Os impactos da Governança Corporativa em uma cooperativa de crédito. **Revista Gestão & Tecnologia** , Maio 2015. 24.

STOLF, W. A.; SOUZA LIMA, R. A. D. Quantificação do Risco de Crédito: Um estudo de caso utilizando o model credistrisk. **Revista de Economia e Administração** , São Paulo, 2008. 22.

TRAPP, C. G.; CORRAR, L. J. Avaliação e Gerenciamento do Risco operacional no Brasil: Análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. **Revista de Contabilidade Financeira**, p. 13, 2005.

WEBER, E. L.; DIEHL, C. A. Gestão de Riscos Operacionais: Um estudo bibliográfico sobre ferramentas de auxílio. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, 2014. 18.

YANAKA, M.; HOLLAND,. Basileia II e exigência de Capital para risco de Crédito dos bancos no Brasil. **Revista Brasileira de Finanças**, p. 29, 2010.

ZONATTO, V. C. D. S.; BEUREN, I. M. Evidenciação das características básicas recomendadas pelo COSO (2004) para a gestão de riscos em ambientes de controle no relatório da Administração brasileiras com ADRs, 2010. 22.